TC 019.699/2017-4

Tomada de Contas Especial

Município de Autazes/AM

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Defesa, em desfavor do Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, prefeito do Município de Autazes/AM no período de 1º/1/2013 a 11/11/2014 (peça 1, p. 10, 116 e 178), do Sr. José Thomé Filho, prefeito do Município de Autazes/AM no período de 12/11/2014 a 31/12/2015 (peça 1, p. 107-108), e da pessoa jurídica F. F. Empreendimentos e Construções Ltda., em decorrência de irregularidades na aplicação dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Autazes/AM por força do Convênio 412/PCN/2013, celebrado com o Departamento do Programa Calha Norte/MD, cujo objeto consistia na construção de Ginásio na Comunidade Novo Mastro daquele município.

2. O termo do convênio previa a aplicação de R\$ 511.000,00, sendo que R\$ 500.000,00 seriam repassados pelo concedente e R\$ 11.000,00 corresponderiam à contrapartida (peça 1, p. 33). Os recursos federais foram repassados por meio da ordem bancária 201408800228, de 02/07/2014, no valor de R\$ 500.000,00 (peça 1, p. 24, 93, 149 e 171). O valor foi creditado na conta específica da Prefeitura em 3/7/2014.

3. O convênio teve vigência entre 28/9/2013 e 2/7/2015 (peça 1, p. 32, 41 e 171). Conforme Cláusula Décima Terceira do termo do ajuste, o prazo para apresentação da prestação de contas se exauriu em 2/9/2015 (peça 1, p. 38 e 176).

4. Consta do laudo de vistoria de 23/11/2015, elaborado por servidores do Departamento do Programa Calha Norte, que a medição atestou a execução de 25,34% do objeto e que a referida parcela não possuía serventia (peça 1, p. 128).

5. O Relatório de TCE 11/2016 (peça 1, p. 171-178), emitido pelo Departamento do Programa Calha Norte/MD, traz conclusão no sentido da inexecução total do objeto do convênio em análise, sendo que o prejuízo importaria no valor original de R\$ 492.325,79. Também externa opinião de que a responsabilidade deve recair sobre os Srs. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio e José Thomé Filho, uma vez que eram os responsáveis pela gestão e execução dos recursos federais recebidos à conta do convênio em análise.

6. Na opinião do tomador de contas, que coincide com a do laudo de vistoria de 23/11/2015, não obstante a constatação da execução de 25,34% do objeto, a parcela executada “*não possui serventia*”, motivo pelo qual o prejuízo ao erário representa a totalidade dos recursos repassados pelo Ministério da Defesa (peça 1, p. 177).

7. Em instrução à peça 8, a Secex-AM, acertadamente, concluiu pela responsabilidade solidária da pessoa jurídica F. F. Empreendimentos e Construções Ltda., haja vista que teria recebido pagamentos por serviços não executados. Os responsáveis foram devidamente citados, entretanto, apenas o Sr. José Thomé Filho aduziu alegações de defesa (peça 26).

8. O responsável, de início, afirma que não foi responsável pela assinatura do convênio e que agiu com a devida probidade na execução da parte que lhe cabia.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

9. Os elementos constantes dos autos indicam que o Sr. José Thomé Filho promoveu pagamento por serviços que não foram executados. A segunda nota fiscal relativa ao ajuste, emitida em 23/6/2015, foi liquidada em 25/6/2015 (peça 1, p. 104 e 118).

10. O ateste e o pagamento relativos à segunda nota fiscal, portanto, ocorreram durante sua gestão, de modo que não deve ser aceito argumento de que agiu com a devida probidade na execução do convênio. O fato de não ter assinado a avença não afasta a responsabilidade pelas irregularidades ocorridas durante a execução da obra.

11. Segundo o defendente, as contas devem ser reconhecidas como iliquidáveis, tendo em vista não apenas o fato de que a documentação comprobatória foi arquivada na prefeitura, mas também o lapso temporal já transcorrido entre a aplicação dos recursos e a apresentação da defesa.

12. Não deve ser acolhido argumento no sentido de se considerar iliquidáveis as presentes contas, uma vez que não restou demonstrado que, em razão de caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, o julgamento de mérito não se faz materialmente possível (art. 211 do RI/TCU).

13. Como bem salienta a instrução técnica, em suas alegações, o próprio gestor afirma que a documentação relacionada à execução do ajuste está arquivada na Prefeitura de Autazes/AM. Evidentemente, se a documentação existe e foi localizada, poderia ter sido acessada pelo responsável quando da formulação de sua peça de defesa.

14. De qualquer forma, convém ressaltar que os elementos contidos nos autos são suficientes para provar a ocorrência das irregularidades que ensejaram a instauração destas contas especiais, o que também afasta a possibilidade de que sejam consideradas iliquidáveis.

15. Nesse contexto, merecem destaque as fotos anexas ao laudo de vistoria, que mostram que a obra, no estágio em que foi interrompida, não tem utilidade para a comunidade (peça 1, p. 129).

16. Quanto ao interregno de tempo suscitado pelo responsável como motivo para o trancamento das contas, verifico que a citação do responsável ocorreu após cerca de três anos da ocorrência das irregularidades. Desse modo, não me parece razoável argumentação no sentido da dificuldade de obtenção de documentos em função do intervalo de tempo decorrido desde a ocorrência dos fatos.

17. A unidade instrutiva, após análise das alegações de defesa, propõe o julgamento pela irregularidade das contas dos Srs. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio e José Thomé Filho e da pessoa jurídica F. F. Empreendimentos e Construções Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento das seguintes quantias (peça 38, p. 8):

VALOR (R\$)	DATA	D/C	RESPONSÁVEIS
223.972,38	11/11/2014	D	Raimundo Wanderlan e F F Empreendimentos
149.403,04	25/6/2015	D	José Thomé e F F Empreendimentos
126.624,58	3/7/2014	D	Raimundo Wanderlan e José Thomé
33.879,58	27/8/2015	C	Raimundo Wanderlan e José Thomé

Valor atualizado até 25/1/2020: R\$ 611.841,79

18. Tendo em vista a revelia do Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio e da empresa F. F. Empreendimentos e Construções Ltda., assim como o fato de que as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Thomé Filho não descaracterizaram as irregularidades nem afastaram sua responsabilidade, opino favoravelmente ao julgamento pela irregularidade das contas e à condenação em débito dos responsáveis, nos termos da proposta da Secex-TCE.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

19. Não obstante, considerando que os fatos delituosos ocorreram em 2014 e 2015 e que, em conformidade com orientação dada pelo Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, não se consumou a prescrição da pretensão punitiva, entendo que os responsáveis devem ser apenados com a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92.

20. Entretanto, embora a instrução, em seu item 48, tenha sugerido a aplicação da multa prevista no art. 57 da LO/TCU, isso não foi incluído em sua proposta de encaminhamento.

21. Isso posto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta concordância com a proposta da unidade instrutiva, consignada na peça 38, p. 8-9, sugerindo, em acréscimo, a aplicação aos responsáveis, de forma individual, da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador